

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
KURUMÁ Veículos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **Kurumá Veículos S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

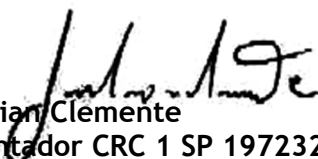
Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kurumá Veículos S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ


Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

Kurumá Veículos S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2014	2013		Nota explicativa	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	13.335	10.030	Empréstimos e financiamentos	13	36.303	16.496
Contas a receber	6	36.648	34.700	Debêntures	14	227	-
Estoques	7	24.726	20.553	Fornecedores	15	7.132	43.882
Créditos diversos e outros	8	8.425	5.094	Obrigações trabalhistas previdenciárias e tributária	17	6.223	4.156
				Contas a pagar por aquisições	18	858	572
				Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	16	6.108	6.470
						56.852	71.576
		83.133	70.377	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	13	30	39.785
Impostos Diferido	25	8.012	-	Debêntures	14	85.599	-
Créditos diversos	8	10.000	-	Contas a pagar por aquisição	18	5.070	5.928
Contas a receber de partes relacionadas	9	16.244	9.822	Provisões para contingências	19	4	4
Depósitos judiciais	19.3	66	56			90.703	45.717
		34.322	9.878	Patrimônio líquido			
				Capital social	20	36.531	36.531
Investimento	10	46.820	48.367	Reservas legal		892	-
Imobilizado líquido	11	21.429	22.609	Reservas de capital		1	1
Intangível líquido	12	7.054	6.381	Reservas de lucros		7.779	3.787
		75.303	77.357			45.203	40.319
Total do ativo		192.758	157.612	Total do passivo e do patrimônio líquido		192.758	157.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kurumá Veículos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2014	2013
Receita operacional Líquida	21	949.281	794.631
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	22	(856.684)	(725.454)
Lucro operacional bruto		<u>92.596</u>	<u>69.177</u>
Administrativas, comerciais e gerais	23	(76.844)	(73.510)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1.108	6.888
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.3	6.937	2.708
Receitas (despesas) operacionais		<u>(68.799)</u>	<u>(63.914)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>23.798</u>	<u>5.263</u>
Despesas financeiras	24	(15.880)	(14.041)
Receitas financeiras	24	3.372	2.440
Lucro / (prejuízo) líquido antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		<u>11.290</u>	<u>(6.338)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	25	(1.457)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	25	8.012	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		<u><u>17.845</u></u>	<u><u>(6.338)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kurumá Veículos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício	17.845	(6.338)
Outros Resultados Abrangentes	1.126	1.107
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>18.971</u>	<u>(5.231)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kurumá Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Legal</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	36.531	-	1	11.499	-	48.031
Realização de reserva de reavaliação na empresa investida	-	-	-	1.107	-	1.107
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.338)	(6.338)
Distribuição de lucros	-	-	-	(2.481)	-	(2.481)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	(6.338)	6.338	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>36.531</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>3.787</u>	<u>-</u>	<u>40.320</u>
Ajustes retrospectivos	-	-	-	1.927	-	1.927
Saldos em 1 de janeiro de 2014 (reapresentado)	<u>36.531</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>5.715</u>	<u>-</u>	<u>42.247</u>
Realização de reserva de reavaliação na empresa investida	-	-	-	1.126	-	1.126
Lucro do exercício	-	-	-	-	17.845	17.845
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.014)	(16.014)
Transferência para reserva legal obrigatória	-	892	-	-	(892)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	939	(939)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>36.531</u>	<u>892</u>	<u>1</u>	<u>7.779</u>	<u>-</u>	<u>45.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kurumá Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) líquido	17.845	(6.338)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Depreciações	6.081	9.270
Amortizações	108	67
Custo líquido de ativos alienados	4.746	5.897
Resultado da equivalência patrimonial	(6.937)	(2.708)
Constituição de IR/CSLL Diferido	(8.012)	-
Aumento (redução) de ativos e passivos		
Contas a receber	(1.948)	7.538
Estoques	(4.173)	(6.396)
Créditos diversos	(13.341)	(1.584)
Créditos com partes relacionadas	(6.422)	(6.274)
Fornecedores	(36.749)	7.696
Obrigações trabalhistas previdenciárias e tributárias	2.067	(973)
Adiantamento de clientes e outras obrigações	(362)	2.569
Contas a pagar outros	(572)	6.500
Correção de saldo de anos anteriores	1.927	141
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(45.741)	15.405
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(9.646)	(7.885)
Aquisição de intangível	(781)	(6.156)
Lucros recebidos de controlada	9.610	9.430
Aumento de capital em coligada	-	(10.680)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(817)	(15.291)
Atividade de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	(19.948)	3.918
Debêntures	85.826	-
Distribuição de lucros	(16.014)	(2.481)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	49.864	3.918
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.305	4.032
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.030	8.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.335	10.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sociedade tem sua sede localizada na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Toyota, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista.

A Sociedade faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Sociedade em conjunto com outras empresas do Grupo.

2. Resumo das principais normas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Sociedade em 04 de março de 2015, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 06);
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 19);
- Estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, ativos (Nota Explicativa nº 25).

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.3.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC mencionadas acima, são aplicáveis à Companhia:

- IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento";
- IFRIC 21 - "Impostos";
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos";
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge";
- IAS 19 - "Benefícios a empregados".

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

A Administração da Companhia julgou que as referidas normas não trarão efeitos substanciais sobre as demonstrações contábeis de 2014.

2.3.2. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IAS 1 - “Apresentação das demonstrações financeiras” - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

- IFRS 11 - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 38 - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 15 - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “*Bearer plants*” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “*Bearer plants*” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

- IAS 27 - “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

2.6.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

No caso da Companhia, nessa categoria está incluído unicamente o Fundo de Capitalização de Concessionárias (nota explicativa 5). O saldo do instrumento financeiro não liquidado é mensurado ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 13).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.6.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Desconsideração (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.6.5. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "*aging list*", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>Ano</u>
Edificações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12. Ativos intangíveis

2.12.1. Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

2.12.2. Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 12.

2.12.3. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19. Benefícios a funcionários

(a) Benefícios de demissão

A Companhia não contém planos de benefícios de demissão para funcionários.

(b) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

2.20. Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Outras obrigações”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$2.134, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa n° 6).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	26.233	1.327
Contas a receber (nota 5)	49.949	101.667

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 43.662 (2013 - R\$ 60.378) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	36.303	30			36.333
Fornecedores	7.132	-			7.132
Debêntures	227	24.887	60.712		85.826
	43.662	24.917	60.712	-	129.291

3.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

Descrição	2014	2013
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	36.333	56.281
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(13.335)	(10.030)
Dívida líquida	22.998	46.251
Patrimônio líquido	45.203	40.319
Patrimônio líquido e dívida líquida	68.201	86.570

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros pré-fixados acrescidos das variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Companhia.

Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo a TJLP como seu principal indexador, como base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2014, e CDI + 2% de *spread* ao ano, projetamos os seguintes cenários:

	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	112.878	112.878	112.878	112.878
Taxa estimada provável	13,83 % a.a		13,83 % a.a	
Despesa financeira provável	-15.611		-15.611	
Taxa estimada considerando os cenários	12,45%	13,14%	16,60%	15,21%
Despesa financeira recalculada	(14.050)	(14.830)	(18.733)	(17.172)
Acréscimo/decréscimo na despesa	(1.561)	(781)	3.122	1.561

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	233	136
Bancos conta movimento	4.246	935
Aplicações financeiras	8.856	8.959
	<u>13.335</u>	<u>10.030</u>

(*) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 100% a 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Veículos, peças e acessórios e serviços	26.996	26.700
Cheques a receber	995	1.488
Cartões de crédito	5.696	4.700
Incentivos de venda, garantias e outros (i)	2.962	1.812
	<u>36.648</u>	<u>34.700</u>

(i) Referem-se aos incentivos de vendas, garantias e outras contas a receber da montadora.

A abertura do saldo de conta a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	35.017	29.868
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	483	4.460
Vencidos de 31 a 90 dias	684	160
Vencidos de 91 a 180 dias	94	212
Vencidos de 181 a 365 dias	370	
	<u>1.631</u>	<u>4.832</u>
	<u>36.648</u>	<u>34.700</u>

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Desta forma, a Sociedade não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

Movimentação de baixas de duplicatas para perda financeira:

	2014	2013
Baixas	45	45
(-) Perdas Recuperações	(7)	(6)
Saldo final	38	39

7. Estoques

	2014	2013
Veículos novos	9.758	9.296
Veículos usados	9.847	7.919
Peças e acessórios	5.121	3.338
	24.726	20.553

Parte dos veículos novos e usados compõe as garantias das operações de financiamentos junto à montadora e instituição financeira ligada à mesma (“*Floor Plan*”), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.3.

A Administração não espera perdas na comercialização dos veículos usados.

8. Créditos diversos e outros

São recursos pagos a título de aquisição de veículos novos com pagamentos antecipados a montadora referente veículos em trânsitos, e recursos destinados a recuperação de impostos, despesas antecipadas e aumento de capital em coligada não homologado nas formas da lei.

Créditos Diversos e Outros	2014	2013
Antec. Fornecedor Toyota	4.414	1.925
Impostos a Recuperar e compensar	985	928
Outros fornecedores e despesas antecipadas	3.026	2.241
Afac	10.000	-
Total	18.425	5.094
Curto Prazo	8.425	5.094
Longo Prazo	10.000	-

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

9. Transações com partes relacionadas

	2014	2013
Mútuo a receber		
Águia Branca Participações S.A. (i)	14.384	9.822
Vitória Motors	1.000	-
AB Comercio de Veículos LTDA	860	-
	16.244	9.822
Receita de vendas (ii)		
AB Comercio de Veículos LTDA	47	75
LAND Vitória Comércio de Veículos	1.380	-
VIX Logística S.A.	765	75
	2.192	150
Custos e despesas		
Rio Novo Locações. (iii)	7.349	6.628

- (i) Os mútuos não preveem a incidência de juros, estando registrados por seus valores nominais, sem vencimento predeterminado;
- (ii) Venda de veículos, peças e serviços para manutenção da frota da empresa ligada indireta "Vix Logística S.A" "AB Comercio de Veículos LTDA", LAND Vitória Comércio de Veículos", em condições normais de mercado;
- (iii) Valores relacionados à locação de imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade, em condições normais de mercado.

10. Investimentos

10.1. Composição do saldo

	% Participação	Patrimônio líquido em	2014	2013
Draco Serviços e Acessórios para Veículos Ltda.	100%	945	945	1.225
AB Comércio de Veículos Ltda.	100%	25.614	25.614	26.880
			26.558	28.105
Ágio gerado na aquisição da empresa AB Comércio de Veículos Ltda.			20.262	20.262
Investimento total			46.820	48.367

10.2. Informações adicionais sobre as empresas investidas

Controlada	Ativo total	Passivo	Receita bruta	Resultado do exercício
Draco Serviços e Acessórios para Veículos Ltda.	1.398	453	11.477	9.329
AB Comércio de Veículos Ltda.	50.875	25.261	326.062	(2.392)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

10.3. Movimentação dos investimentos

	Draco Serviços	AB Comércio de	Total
Saldo final em 2012	1450	21.590	23.040
(+) Aumento de Capital	-	10.680	10.680
(+/-) Equivalência patrimonial	8.206	(5.498)	2.708
(-) Distribuição de lucros	(8.430)	(1.000)	(9.430)
(+/-) Realização Ágio AB	0	1.107	1.107
Saldo final em 2013	1.226	26.880	28.105
(+) Crédito de PIS/COFINS	-	18	18
(+/-) Equivalência patrimonial	9.329	(2.392)	6.937
(-) Distribuição de lucros	(9.610)	-	(9.610)
(+/-) Realização Ágio AB	-	1.107	1.107
Saldo final em 2013	944	25.613	26.557

10.3.1. Draco Serviços

A Empresa iniciou suas operações em 2008, cuja principal atividade é a intermediação e agenciamento de serviços em geral. Durante o exercício de 2014 a referida controlada distribuiu lucros para a Sociedade no montante de R\$ 9.610 (R\$ 8.430 em 2012).

10.3.2 AB Comércio de Veículos Ltda. (anteriormente Kawai Veículos Ltda.)

Durante o 1º semestre de 2010, a Sociedade efetuou a seguinte operação:

Setor de atuação	Concessionária de veículos
Nome da empresa	AB.Comércio de veículos
Data de assinatura do contrato de aquisição	05/03/2010
Data da efetivação da operação	01/04/2010
Balanço base para cálculo	28/02/2010
Participação societária adquirida	100%
Valor da operação	28.690
Valor pago	28.690
Informações financeiras	
Saldo do patrimônio líquido na data de efetivação da operação	8.428
Valor pago pela empresa	28.690
Total do ágio apurado (Nota explicativa nº 7.1)	20.262

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

O principal objetivo da Sociedade foi realizar a operação de adquirir o direito de exploração e comercialização dos veículos da marca Toyota na cidade de Belo Horizonte-MG. Na análise dos valores existentes no balanço base da operação, não foram apurados itens a serem ajustados, uma vez que os saldos contábeis encontram-se próximos aos seus valores de mercado, conforme sintetizado a seguir:

Ativo	2014	Passivo	2014
Circulante	32.664	Circulante	10.470
Não Circulante	18.210	Não Circulante	14.791
		Patrimônio líquido	25.614
Total Ativo:	50.875	Total Passivo:	50.875

Nas análises realizadas pela Sociedade, apoiada por laudo de empresa especializada, o valor apurado foi considerado de forma integral como ágio por rentabilidade futura, sendo seu saldo submetido a teste de *impairment* sem apuração de ajustes a serem contabilizados.

11. Imobilizado líquido

Representado por:

Descrição	% Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
				2014	2013
Moveis e utensílios	10	2.000	(1.050)	949	1.055
Instalações	10	1.114	(877)	238	305
Veículos	20	7.495	(735)	6.760	4.401
Ferramentas	10	392	(171)	221	130
Computadores e periféricos	20	2.000	(1.056)	944	703
Máquinas e equipamentos	10	3.430	(1.675)	1.755	1.822
Benfeitoria e obras	10	50.080	(39.518)	10.562	14.192
Total		66.511	(45.082)	21.429	22.609

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

11.1. Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2014 e de 2013 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2013
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2012			
Moveis e utensílios	1.871	173	(112)	1.932
Instalações	1.158	11	-68	1.101
Veículos	4.673	6.831	(6.684)	4.820
Ferramentas	280	42	(51)	271
Computadores e periféricos	1.349	230	(74)	1.505
Máquinas e equipamentos	3.001	403	(205)	3.199
Benfeitoria e obras	55.998	195	(6.521)	49.672
Total do custo	68.328	7.885	(13.714)	62.500

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2013
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2012			
Moveis e utensílios	(756)	(183)	62	(877)
Instalações	(762)	(102)	68	(796)
Veículos	(449)	(930)	961	(419)
Ferramentas	(138)	(29)	26	(141)
Computadores e periféricos	(627)	(225)	51	(802)
Máquinas e equipamentos	(1.211)	(294)	129	(1.376)
Benfeitoria e obras	(34.496)	(7.506)	6.521	(35.480)
Total da depreciação acumulada	(38.439)	(9.270)	7.818	(39.890)
Total do imobilizado líquido	29.889	(1.385)	(5.897)	22.610

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2014
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2013			
Moveis e utensílios	1.932	80	(12)	2.000
Instalações	1.101	13	-	1.114
Veículos	4.820	8.285	(5.610)	7.495
Ferramentas	271	125	(4)	392
Computadores e periféricos	1.505	499	(4)	2.000
Máquinas e equipamentos	3.199	235	(4)	3.430
Benfeitoria e obras	49.672	408	-	50.080
Total do custo	62.500	9.645	(5.634)	66.511

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2013
	Saldo anterior 31/12/2012	Adição	Baixa	
Moveis e utensílios	(876)	(184)	10	(1.050)
Instalações	(796)	(81)	-	(877)
Veículos	(419)	(1.189)	873	(735)
Ferramentas	(141)	(30)	-	(171)
Computadores e periféricos	(801)	(258)	3	(1.056)
Máquinas e equipamentos	(1.376)	(301)	2	(1.675)
Benfeitoria e obras	(35.480)	(4.038)	-	(39.518)
Total da depreciação acumulada	(39.889)	(6.081)	888	(45.082)
Total do imobilizado líquido	22.611	3.564	(4.746)	21.429

11.2. Revisão da vida útil

A Sociedade avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2014, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

12. Intangível líquido

Representado por:

	% Taxa anual de	2014	2013
Direito de uso de software	20	738	599
Marcas e patentes	-	19	19
Direitos Contratuais	20	641	-
Fundo de comércio	-	6.129	6.129
		7.527	6.747
Amortizações acumuladas		(473)	(366)
		7.054	6.381

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

12.1. Resumo de movimentação

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	6.381	293
(+)Aquisições	781	6.147
(-)Amortizações e Baixas	(108)	(59)
Saldo Final	<u>7.054</u>	<u>6.381</u>

A aquisição referente ao fundo de comércio no valor de R\$ 6.000 (seis milhões) está associada a aquisição da filial de Cachoeiro conforme nota explicativa do nº18.

13. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 ocorreu uma redução de R\$19.948.

Representado por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Capital de giro	25.011	53.830
Finame	640	2.302
Leasing	0	149
Floor Plan	10.683	0
	<u>36.333</u>	<u>56.281</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	36.303	16.496
Não circulante	30	39.785
Total de Empréstimos e Financiamentos	<u>36.333</u>	<u>56.281</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

13.1. Capital de giro

O empréstimo de capital de giro é corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido da seguinte taxa de juros:

Captação	% - Juros anuais	31/12/2014		
		Saldo	Circulante	Não Circulante
25.000	CDI + 1,497%a.a	25.011	25.011	-
25.000		25.011	25.011	-

13.2. Finame

Os financiamentos para investimentos em FINAME possuem taxas de juros anuais corrigidas pela TJLP ou pré-fixadas, conforme demonstrado a seguir:

Captação	% - Juros anuais	31/12/2014		
		Saldo	Curto prazo	Longo prazo
70	TJLP + 2,25 % a.a	31	18	13
70	4,5% a.a	16	16	-
30	TJLP + 3,25 % a.a	13	8	6
25	TJLP + 4,85 % a.a	11	6	5
20	TJLP + 2,25 % a.a	9	5	4
37	TJLP + 7,0 % a.a	4	4	-
9	TJLP + 3,25 % a.a	4	2	2
32	4,5% a.a	4	4	-
7	TJLP + 4,85 % a.a	3	2	1
8	TJLP + 7,0 % a.a	1	1	-
36	4,5% a.a	1	1	-
9	TJLP + 7,0 % a.a	0	0	-
2.275	TJLP + 4,60 % a.a	190	190	-
1.498	TJLP + 4,60 % a.a	125	125	-
928	TJLP + 4,60 % a.a	78	78	-
569	TJLP + 4,60 % a.a	72	72	-
374	TJLP + 4,60 % a.a	47	47	-
232	TJLP + 4,60 % a.a	30	30	-
6.230		640	609	30

13.3. Floor Pan

O “*Floor Pan*” refere-se ao financiamento das operações entre a Toyota do Brasil S/A e a Kurumá Veículos, sendo garantido pelas notas promissórias e avalistas. As obrigações de “*Floor Plan*” está constituída com o banco Toyota.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Para o financiamento de veículos novos estão sujeitas às taxas de juros de 1,22% a.m, determinadas pelo financiador com base no volume de negócios entre a Kurumá Veículos e o Banco Toyota. O valor principal tem seu vencimento quando os respectivos veículos são comercializados até o limite de 90 dias partindo da data da compra.

Em 31 de dezembro de 2014 a 2013, as despesas financeiras com juros sobre empréstimo “*Floor Plan*” montaram R\$4.350 e R\$4.673, respectivamente.

Captação	% - Juros mensal	31/12/2014		
		Saldo	Circulante	Não Circulante
10.683	1,22% a.m	10.683	10.683	-
<u>10.683</u>		<u>10.683</u>	<u>10.683</u>	<u>-</u>

13.4. Garantias

As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

13.5. Composição da parcela de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2014 as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Ano	FINAME	Capital de giro	Total
2016	30	-	30
2017	-	-	-
Após 2018	-	-	-
	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>30</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures

14.1. Características

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão	1ª emissão
Data da emissão	17 de dezembro de 2014
Data final da liquidação	18 de setembro de 2020
Quantidade	87
Valor total da emissão	R\$ 87 milhões
Espécie	De garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora
Forma	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal	Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) + 2,20% a.a.
Pagamento da remuneração mensal	Mensal, a partir de 18 de Janeiro de 2015
Pagamento do principal	R\$ 87 milhões serão pagos em 48 parcelas iguais com carência de 21 parcelas.
Garantias	Aval das empresas Águia Branca Participações S.A., Viação Águia Branca S.A., Rio Novo Locações LTDA, VD Comércio de Veículos LTDA. Garantia Real: Hipoteca de 1º Grau do imóvel da Kurumá/VD Linhares, Hipoteca de 2º Grau do Imóvel da Kurumá Carapina e Hipoteca de 2ª Grau do imóvel Kurumá Reta da Penha
Obrigações adicionais - índices financeiros (Testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,2 em 2014, menor a 3,0 em 2015 e menor de 2,5 a partir de 2016.
Companhia Controladora (balanço consolidado)	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,5

As debêntures estão classificadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, conforme seguem:

Parcela de curto prazo	227
Parcela de longo prazo	85.599
Total	85.826

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, ligados diretamente à insolvência econômica da Companhia e sua controladora, comprovação de atos ilícitos ou inadimplemento de obrigações assumidas. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

15. Fornecedores

Representado por:

	2014	2013
Toyota do Brasil - veículos novos	1.239	37.571
Toyota do Brasil - peças e acessórios	2.200	1.326
Outros fornecedores - veículos usados	720	771
Outros fornecedores - diversos	2.973	4.214
	<u>7.132</u>	<u>43.882</u>

16. Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Adiantamento de cliente é referente a operação de venda de veículos, ocasionando o pagamento antecipado realizados pelo consumidor final.

Conta a pagar diversas referentes ao funcionamento das operações do negócio.

	2014	2013
Adiantamento de clientes	5.364	5.692
Contas a pagar diversas	743	778
	<u>6.108</u>	<u>6.470</u>

17. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Representado por:

	2014	2013
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		
Previdenciárias - FGTS/INSS	1.122	752
Com pessoal - salários/outros	7	19
Provisão - férias e encargos	3.861	2.827
	<u>4.990</u>	<u>3.599</u>
Obrigações tributárias		
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	906	323
Estaduais - ICMS a recolher	216	166
Municipais - ISS a recolher	111	69
	<u>1.233</u>	<u>558</u>
Total	<u>6.223</u>	<u>4.156</u>

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

18. Contas a pagar por aquisições

Em 18 de março de 2013 foi realizada a aquisição da concessão de revenda de veículos, peças e serviços de garantia da marca Toyota do Brasil S/A e o fundo de comércio da empresa Sossai Distribuidora de Veículos LTDA, portadora do CNPJ.MF sob n.º 02.757.752/0001-27, antiga proprietária da concessão.

Esta aquisição comporta os seguintes Ativos e valores:

Fundo de Comércio Toyota (Veículos Novos)	6.000
Estoque Peças e Pneus	198
Moveis, utensílios e ferramentas	302
Total	6.500

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- 20 parcelas no valor unitário de R\$ 286 até o ano de 2023;
- Primeira parcela com vencimento de 30 dias após o pagamento da última parcela semestral valor de R\$780.

Esta obrigação está representado por:

Sossai	2014	2013
Circulante	858	572
Não Circulante	5.070	5.928
Contas a a pagar por aquisições	5.928	6.500

Composição da dívida no Longo Prazo.

Ano	Sossai
2016	572
2017	572
após 2018	3.926
	5.070

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

19. Provisão para demandas judiciais

Representado por:

19.1. Provisão cível

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade era parte em 2 ações cíveis, sendo o valor total pleiteado nesses processos, quando classificados com risco de perda possível e provável de, aproximadamente, R\$ 5.451, não possuindo variação na provisão entre os anos de 2013 e 2014. De acordo com os advogados que defendem os interesses da Sociedade nestas ações, do montante anteriormente citado, R\$ 4 foi considerado com risco de perda provável, sendo integralmente provisionado.

19.2. Provisão trabalhista

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era parte em 1 ações trabalhistas, sendo o valor total pleiteado nesses processos de aproximadamente R\$ 653,00. De acordo com os advogados que defendem os interesses da Companhia nestas ações a probabilidade de risco são possíveis e remotas, deste modo, não sendo constituído provisão trabalhistas.

19.3. Depósitos judiciais

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão dos processos em andamento, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os seguintes valores:

	2014	2013
Depósitos judiciais	66	54
Bloqueio judiciais	0	2
	66	56

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 36.531 (R\$36.531 em 2013), subscrito e integralizado, representado por 36.531 quotas (36.531 quotas em 2013), no valor nominal de R\$1,00 cada.

20.2. Destinação dos lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual estabelece a compensação dos prejuízos acumulados e destinação de 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado.

Em respeito ao artigo 202 da lei das sociedades por ações, deve haver distribuição de dividendos mínimos no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações.

No exercício de 2014 foi realizada a distribuição de dividendos superior ao mínimo estabelecido em lei (25%) conforme autorização da diretoria, sendo distribuído 69% no valor de R\$ 11.775, deste modo, totalizando uma distribuição no valor de R\$ 16.953.

Os dividendos mínimos obrigatórios deliberados e pagos estão assim demonstrados:

Descrição	2014
Lucro líquido do exercício	17.845
(-) Reserva legal	(892)
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	16.953
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.238
Dividendos aprovados para distribuição - 69%	11.775

20.3. Reserva de lucros e Capital

A Sociedade mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais do capital fixo e circulante e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, não podendo estas reservas ultrapassar o valor do capital social.

20.4. Ajuste retrospectivo

No ano de 2013 foi realizado novo cálculo de proporção de créditos de PIS/COFINS na apuração do seguinte período de Dezembro/2008 a Abril/2011 originando um credito no total de R\$ 1.935, sendo constituído PERDCOMP para compensação de impostos federais.

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

21. Receita operacional líquida

Representado por:

	2014	2013
Veículos novos	791.615	659.604
Veículos usados	111.021	94.652
Peças, pneus e acessórios	61.261	53.546
Outros serviços (comissões, locações e outros)	22.760	18.899
Receita operacional	<u>986.657</u>	<u>826.701</u>
Impostos e outras deduções	(37.376)	(32.070)
Receita operacional líquida	<u><u>949.281</u></u>	<u><u>794.631</u></u>

22. Custo dos veículos vendidos e serviços prestados

Representado por:

	2014	2013
Custo de veículos novos	(712.854)	(602.601)
Custo de veículos usados	(98.979)	(84.119)
Custo na venda de peças e acessórios	(37.071)	(33.124)
Custo dos serviços prestados e outros	(7.781)	(5.610)
	<u>(856.684)</u>	<u>(725.454)</u>

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Representado por:

	2014	2013
Custos e despesas com pessoal	(38.832)	(30.611)
Depreciações e amortizações	(5.819)	(9.019)
Serviços prestados por terceiros	(3.702)	(2.892)
Honorários dos administradores	(988)	(802)
Aluguéis	(10.915)	(11.370)
Despesas diversas de propaganda	(2.869)	(4.535)
Despesas com Vendas	(5.684)	(6.341)
Despesas com telefonia, energia elétrica e água	(1.665)	(1.621)
Despesas com viagens e estadias	(1.646)	(1.819)
Outros custos e despesas	(4.722)	(4.500)
	<u>(76.844)</u>	<u>(73.510)</u>

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

24. Receitas e despesas financeiras

Representado por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre aquisição de veículos "Floor Plan"	(4.374)	(4.673)
Juros passivos	(7.915)	(5.387)
Despesas bancárias	(1.208)	(1.666)
Descontos concedidos	(1.880)	(1.731)
Outras despesas financeiras	(504)	(583)
	<u>(15.880)</u>	<u>(14.041)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	545	275
Descontos obtidos	1.918	1.967
Outras receitas financeiras	910	198
	<u>3.372</u>	<u>2.440</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.508)</u>	<u>(11.601)</u>

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	<u>2014</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	<u>23.565</u>
Impostos Diferido	
IR	5.891
CSLL	2.121
IR/CSLL Diferido	<u>8.012</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

IR/CSLL Diferido	
2015	2.304
2016	4.082
2017	1.625
	8.012

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2014	2013 (retificado)
Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias	17.845	(6.338)
(-/+) Constituição de provisão para Imposto Diferido	(8.012)	-
(-/+) Resultado de equivalência patrimonial	(6.937)	(2.708)
(-/+) Outros ajustes	3.559	338
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	(1.937)	-
(=) Lucro (prejuízo) fiscal do exercício	4.519	(8.708)
(=) Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$240 mil/ano/empresa) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - 9%	1.512	-
(-) Incentivos fiscais	(55)	-
(=) Despesa com provisão para imposto de renda e contribuição social	1.457	0

c) Instrução Normativa No 1.397 e Lei nº 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

As providências da nova lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014.

A Companhia, orientada pelos seus assessores legais, não optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014 e não espera que sua adoção, em 2015, tenha efeitos relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

26. Cobertura de seguros

A Sociedade mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

27. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Sociedade oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.

28. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2014, foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores o montante de R\$988 (R\$802 em 2013), pagos na forma de salários, não existindo bônus ou outras formas remuneração.